

(Não)Influências da Pós-Graduação na formação/atuação de professores de Licenciatura em Matemática do interior paulista nos anos 1960¹².

Maria Ednéia Martins Salandim¹³

RESUMO

Neste texto discutimos como a expansão da Pós Graduação, intensificada a partir de sua regulamentação em 1965, (não)influenciou a formação/atuação de professores que atuavam em cursos de Licenciatura em Matemática no interior do Estado de São Paulo nas cercanias da década de 1960 – período no qual estas Licenciaturas estavam sendo criadas e estruturadas. Distantes da capital e de centros formadores que ofereciam cursos de Pós Graduação alguns elementos de marginalização se destacam. Os professores formadores e alunos formados por estas Licenciaturas que buscaram pela Pós Graduação em geral estavam vinculados às instituições estaduais; os professores que frequentaram a Pós Graduação, em geral em Matemática Pura, influenciaram bastante as aproximações ainda maiores entre os currículos dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Matemática; cursos de Licenciatura, destinados à formação de professores para o Ensino Secundário, tornaram-se espaços de formação para futuros pesquisadores em Matemática; professores que não frequentaram Pós Graduação continuaram formando professores de Matemática, particularmente em instituições privadas.

Sobre o movimento de expansão de Licenciaturas em Matemática

O movimento de expansão dos cursos de Matemática pelo estado de São Paulo, na década de 1960, inscreve-se em outros movimentos mais amplos, afetando e sendo afetado pelo desenvolvimento econômico do interior do estado, (re)estruturação do sistema de ensino brasileiro, implantação e ampliação da rede de cursos de Pós Graduação e pelo contexto político, principalmente com a instauração da ditadura militar em 1964.

O modelo de instituição adotado para esta expansão foi o das Faculdades de Filosofia Ciências e Letras, FFCL, que foram instaladas num cenário de necessidade de formação do professor da educação básica em regiões geográficas mais distantes da capital, principalmente a partir da década de 1950 - período no qual as políticas públicas voltavam-se à modernização do país, tornando-se estratégicas as noções de “interiorização do desenvolvimento”, “industrialização pesada” e “educação”, sendo

¹² Tomamos como base para este texto, narrativas de professores e alunos que participaram dos anos iniciais de cursos de Licenciatura em Matemática do interior do Estado de São Paulo nos anos 1960 e de outros elementos de nossa tese de doutorado (MARTINS-SALANDIM, 2012).

¹³ Docente do Departamento de Matemática, Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista Unesp, campus de Bauru, e membro do Grupo História Oral e Educação Matemática. edsalandim@fc.unesp.br.

que no estado de São Paulo as políticas públicas pautaram-se pela necessidade de interiorização do desenvolvimento, visando à recuperação financeira do estado. A instalação das FFCL nas cidades interioranas deveu-se, em alguns casos, a certa estrutura e desenvolvimento já atingidos pelos municípios, à existência de linhas férreas e às forças e atuação políticas locais (VAIDERGORN, 2003).

Cronologicamente, após a USP-SP que ofereceu um curso de Matemática a partir de 1934 em sua FFCL, as instituições paulistas a oferecerem cursos de graduação em Matemática antes dos anos 1960, na capital do Estado, foram a FFCL de São Bento e Sede *Sapientiae*, no limiar de 1940 e a FFCL Mackenzie em 1947 – três instituições da esfera privada. No interior do Estado, a implantação do primeiro curso de Matemática foi em 1942 na FFCL de Campinas (instituição privada) e o segundo em 1959 na FFCL de Rio Claro (instituição pública estadual). Destes seis cursos, quatro eram oferecidos em instituições privadas.

A partir de 1963, já no contexto da Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que havia separado os cursos de bacharelado e de licenciatura, oito novos cursos de Matemática foram implantados no interior, sendo que apenas aquele instalado na UNICAMP foi oferecido apenas na modalidade bacharelado (em uma universidade, na esfera pública estadual). Os demais sete cursos foram oferecidos como licenciatura, um deles também oferecia a modalidade Matemática Aplicada¹⁴ e todos se vinculavam a FFCL, sendo que três deles eram oferecidos em faculdades públicas estaduais e quatro em faculdades privadas. Nossas pesquisas apontam que foram muitas as solicitações de instituições privadas para criação de cursos de Licenciatura em Matemática nesta década, dos quais muitos foram autorizados nos anos 1970 ou não foram autorizados¹⁵. (MARTINS-SALANDIM, 2012)

Estes cursos, por sua vez, seguiam um modelo de sólida formação em disciplinas de conteúdo específicos em Matemática acompanhada de formação pedagógica complementar. No entanto, seguiam diferentes perspectivas quanto à formação do professor de Matemática, ora como decorrência de uma formação em nível superior, ora como apêndice do bacharelado, ora como mero resultado de uma série de experiências práticas do cotidiano.

¹⁴ Na FFCL em Araraquara. Matemática Aplicada, na época, era pouco usual em qualquer lugar do Brasil: tanto na USP quanto no IMPA do Rio de Janeiro não havia Matemática Aplicada.

¹⁵ Em pesquisa de Iniciação Científica em desenvolvimento, Gomes (2014) vem mapeando estas solicitações de criação de Licenciaturas em Matemática no Brasil na esfera pública federal ou privada.

Sobre as possibilidades de cursar Pós Graduação

De acordo com Santos (2003), os cursos de Pós Graduação no Brasil são muito recentes, mas as intenções de sua criação já podem ser percebidas no Estatuto das Universidades Brasileiras na década de 1930¹⁶ sendo que os primeiros cursos só foram criados na década de 1960. Muitas Pós Graduações valeram-se, em alguns períodos, de modelos sem escrita de dissertação ou tese, com trabalhos e provas, ou apenas com defesa de tese sem concluir créditos em disciplinas, vigentes em momentos anteriores à regulamentação da Pós Graduação brasileira. Na USP-São Paulo, realizavam-se diversos cursos então denominados “pós-graduação” em Matemática e não se exigia pré-requisito para fazer o concurso para obter o título de doutor. Muitos professores de Matemática dos antigos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo aos quais estavam vinculadas as FFCL públicas valeram-se desta modalidade para seu doutoramento (o que se manteve até o início da década de 1970). Ainda que o modelo da USP fosse uma opção para o início na carreira docente e para a formação do pesquisador, havia certas reservas em relação a esta modalidade de Pós Graduação. No entanto, para muitos outros professores que atuavam em regiões mais distantes da capital e nos anos mais iniciais dos cursos, esta foi a opção, ditada mais pelas circunstâncias geográficas que pelos desejos e aspirações.

A criação dos cursos de Pós Graduação foi prevista na LDB de 1961, a qual, no entanto, apenas os definiu, sem regulamentá-los. Em 1965 uma regulamentação, com inspiração no modelo americano, foi estabelecida, a qual previa tanto a necessidade do candidato possuir diploma de graduação quanto a matriz da estruturação dos programas em duas modalidades – o mestrado (no qual se exigiria uma dissertação) e o doutorado (no qual se exigiria uma tese), ambas considerando a necessidade de cumprir créditos em disciplinas afins. A partir desta regulamentação novos cursos de Pós Graduação começaram a ser constituídos.

As possibilidades de formação para os professores do ensino superior do interior do estado, em particular os da região oeste, ampliaram-se com a estruturação da Pós Graduação na USP-São Carlos, que se tornou referência para os professores de Matemática da FFCL de Presidente Prudente e São José do Rio Preto. Já aos professores de Taubaté o ITA, que oferecia Pós Graduação em Matemática, era a opção

¹⁶ Esta terminologia só foi utilizada na década de 1940 (SANTOS, 2003).

geograficamente mais próxima. Na FFCL de Taubaté houve, por certo período, o oferecimento de pós-graduação na própria instituição, implantada para formar seu próprio corpo docente, ainda que fosse o ensino e não a pesquisa o foco da instituição. A Pós Graduação da UnB também surge como uma possibilidade para candidatos do interior paulista. Já a PUC-SP e a UNESP/Rio Claro tornaram-se opção para cursar Pós Graduação em Educação Matemática para professores de Tupã, Dracena e Santo André apenas em décadas posteriores.

Estas eram opções de titulação principalmente para professores que iniciaram os cursos de Matemática nas faculdades estaduais do interior do estado de São Paulo, sendo que o mesmo nem sempre ocorria com aqueles que atuavam nas instituições particulares: a natureza dessas instituições – mais voltadas à formação de professores para suprir as escolas da região – parece ter sido determinante para o afastamento de muitos dos docentes em atuação nos cursos recém-criados dos programas pós-graduados.

Considerando que foi nas universidades das capitais e de centros formadores e não em instituições de ensino do interior que a pesquisa desenvolveu-se mais enfaticamente, o interior paulista, pelo menos até os anos 1960, ocupa um espaço marginal, neste sentido, em relação à capital, uma vez que apenas três universidades foram instaladas fora da capital até essa década, em Campinas e em São Carlos. Em comparação a outros estados brasileiros, mesmo havendo no de São Paulo mais oportunidades de cursar Pós Graduação, não eram sequer similares as situações dos professores de diferentes regiões. Os professores de regiões distantes dos grandes centros em que se instalaram os Programas pós-graduados, profissionais que já atuavam em cursos de Matemática – muitos dos quais sem contratação em tempo integral, atuando em instituições em que a pesquisa não era atividade prioritária – precisavam coordenar seus horários com os dos cursos oferecidos na capital e em São Carlos e percorrer, semanalmente, longas distâncias, ou conseguir afastamento de suas faculdades para frequentar cursos mais distantes, como, por exemplo, aquele oferecido pela UnB.

(Não)influências da Pós Graduação nos cursos de Licenciatura do interior paulista

Destacamos como o movimento de formação em Pós Graduação - que se iniciou no Brasil - influenciou o movimento de formação de professores em nível de graduação, principalmente àqueles vinculados às instituições estaduais, trazendo, naquele momento, mais perspectivas ao ensino que propriamente à pesquisa, ainda que não colocasse no cenário a possibilidade de estudos pós-graduados em Educação para aqueles professores (ou futuros professores) vinculados à licenciatura em Matemática. As efetivas oportunidades de Pós Graduação na área de Matemática Pura no Brasil contribuíram para o enraizamento de uma concepção de formação de professores centrada na formação específica e influenciaram diretamente a ideia de uma "dupla função" que caberia aos cursos de licenciaturas promover, muitas vezes tomada como natural às licenciaturas. A elas caberia promover "sólida formação em Matemática" e licenciar bacharéis para atuar no ensino básico. Ter "sólida formação em Matemática", muitas vezes, entretanto, significava preparar-se para inserir-se na esfera da produção de pesquisa em Matemática; algo diferente, segundo pensamos, de ter formação sólida em Matemática ou no que quer que seja.

A estruturação das Pós Graduações influenciou modos de conduzir e pensar os cursos de Licenciatura em Matemática, marcando principalmente – e mais fortemente – aqueles cursos cujos docentes buscavam aprimoramento em programas pós-graduados, nos quais buscavam as referências para a elaboração de grades curriculares para a Licenciatura que refletissem o aprofundamento e a atualização quanto aos conteúdos matemáticos. Note-se que tanto a inexistência, nos cursos recém-criados, de um corpo docente permanente e fixo para as disciplinas de caráter mais pedagógico, quanto à existência, ainda inicial e incipiente, à época, de sociedades, grupos e cursos politicamente influentes que aglutinassem os profissionais da área de Educação, eram fatores que contribuíam significativamente para que o discurso exacerbado sobre a importância da formação matemática em detrimento da formação pedagógica não encontrasse resistência.

Se, para alguns, a Pós Graduação mostrou-se como um fator de continuidade e de inclusão num determinado processo (que lhes permitia manter-se na carreira e/ou diferenciar-se na carreira), para outra essa necessidade parece não ter sido determinante. Se a pós-graduação os diferenciaria ou não, não se sabe, mas sabe-se que não foi a pós-

graduação um elemento para impedir sua atuação como formador de formadores. Nestes casos, a estruturação da Pós Graduação não afetou a formação destes formadores.

Considerações finais

Percebemos a formação em Pós Graduação como um diferencial entre os que atuavam no ensino superior e mesmo um elemento de diferenciação também entre as instituições formadoras. Mas se a Pós Graduação teve influência bastante significativa na constituição do perfil de cursos de Matemática mais voltados, implícita ou explicitamente, à formação de pesquisadores, pouca ou nenhuma interferência ela teve sobre os cursos, em geral oferecidos nas instituições particulares, que se voltavam explicitamente à certificação de professores já em atuação. Nestas instituições em que o foco era o ensino de graduação, os professores eram contratados por hora-aula, como ocorre até hoje, distintamente do que ocorria com os professores que foram contratados ou migraram para o regime de dedicação exclusiva em instituições públicas e que, com isso, puderam envolver-se também com atividades de pesquisa.

É interessante destacar que, mesmo para aqueles professores do interior que haviam frequentado a Pós Graduação, seguir a carreira acadêmica, nem sempre significava envolver-se com o ensino de graduação em suas várias frentes e, não propriamente, participar de uma comunidade de produtores de conhecimento matemático avançado e em estado nascente, isto é, de uma comunidade de pesquisa em Matemática. Entretanto, as instituições de ensino públicas, particularmente com a criação da UNESP, que as amalgamou, tornam-se referência em pesquisa, alcançando inclusive projeção internacional.

Caracterizar a influência de um projeto de formação de pesquisadores na constituição de cursos é importante, uma vez que à Universidade coube o desenvolvimento da pesquisa científica mesmo nos anos iniciais de sua instalação no Brasil, onde a estratégia de contratar profissionais estrangeiros contribuiu significativamente com a instalação dos cursos segundo esse ideário específico e influenciou de modo definido a pesquisa nacional. Seguindo essa marca, a formação do professor para o Ensino Secundário, em nível superior, foi deixada em segundo plano, como consequência “natural” da formação do bacharel ou como mera formalização de um exercício profissional já iniciado e conhecido. Mesmo após várias décadas, com

legislações que estabeleceram diretrizes para esta formação específica de professores, admitiam-se ainda exceções à regra que implicavam a formação aligeirada para que fosse possível compor o quadro de docentes para atender às escolas secundárias em franca expansão.

Referências bibliográficas

GOMES, L. **Revista Documenta**: constituição de acervo e sistematização para estudos em História da Educação Matemática. Relatório (Iniciação Científica, Unesp/Prope, 2014. (no prelo)

MARTINS-SALANDIM, M. E. **A interiorização dos cursos de Matemática no Estado de São Paulo**: um exame da década de 1960. 387. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – IGCE, UNESP, Rio Claro, 2012.

SANTOS, C. M. dos. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 24, n. 83, p. 627-641, ago. 2003.

VAIDERGORN, J. **As Seis Irmãs**: as FFCL do interior paulista. 1ª ed. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2003.